

Resultado da Agenda Legislativa**De 06/05/2024 até 10/05/2024****Congresso Nacional****09/05/2024 - quinta-feira**

ID00
Sessão Plenária
Local: Plenário da Câmara dos Deputados
Objetivo: Deliberação dos Votos do nº 66 de 2023; 30, 64 (Suplementos 001 a 043 e 045 a 047) e 65 de 2023; 8 (Suplementos 001 e 002), 11, 14, 17, 18, 26, 35, 36, 37 e 39 e 49 de 2023; 1 e 8 de 2024; dos PL 261 nºs 4 e 12 de 2024 e do PPLV 2 de 2024.
Status: Encerrada
Proposições em pauta

- Ordem: 3**
CN.VET.16/2021 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.862/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título III ao Plano Especial de Desenvolvimento nº 2.848, de 7 de dezembro de 1989 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, e revoga a Lei nº 8.770, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Supremacia Nacional), e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.588, de 3 de setembro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".
Dispache: FLEN
- Resultado:**
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.
- Ordem: 4**
CN.VET.16/2022 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 2.291, de 2021, que "Dispõe sobre os programas de atendimento às espécies pecuárias incluídas nos planos agropecuários e sobre o atendimento e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivos à Condição em Defesa Agropecuária e o Conselho Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Produção Intensiva (Vigilância em Defesa Agropecuária); altera a Lei nº 13.906, de 1 de maio de 2020, nº 9.725, de 25 de maio de 2020, e nº 1.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 487, de 13 de dezembro de 1968, nº 1.817, de 7 de outubro de 1968 e das Leis nºs 4.198, de 26 de dezembro de 1974, 4.444, de 1 de outubro de 1977, 8.824, de 16 de dezembro de 1980, 7.578, de 8 de novembro de 1978, 7.939, de 23 de novembro de 1989, 8.128, de 14 de julho de 1994, 9.977, de 25 de maio de 2020, 10.711, de 14 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2007".
Dispache: FLEN
- Resultado:**
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.
- Ordem: 5**
CN.VET.16/2023 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei nº 2.291, de 2021, que "Dispõe sobre os programas de atendimento às espécies pecuárias incluídas nos planos agropecuários e sobre o atendimento e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivos à Condição em Defesa Agropecuária e o Conselho Especial de Recursos de Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Produção Intensiva (Vigilância em Defesa Agropecuária); altera a Lei nº 13.906, de 1 de maio de 2020, nº 9.725, de 25 de maio de 2020, e nº 1.171, de 17 de janeiro de 1991; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 487, de 13 de dezembro de 1968, nº 1.817, de 7 de outubro de 1968 e das Leis nºs 4.198, de 26 de dezembro de 1974, 4.444, de 1 de outubro de 1977, 8.824, de 16 de dezembro de 1980, 7.578, de 8 de novembro de 1978, 7.939, de 23 de novembro de 1989, 8.128, de 14 de julho de 1994, 9.977, de 25 de maio de 2020, 10.711, de 14 de agosto de 2003, e 10.831, de 23 de dezembro de 2007".
Dispache: FLEN
- Resultado:**
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.
- Ordem: 6**
CN.VET.16/2021 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2023 (instado da MPV nº 1.162/2023), que "Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de Reservas Públicas para a produção sustentável, a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima".
Dispache: FLEN
- Resultado:**
[Deliberação] Resultado da matéria: Apreciação adiada.
- Ordem: 7**
CN.VET.16/2021 - (ESPECIAL)
Autoria: Presidência da República
Voto Parcial apósto ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017 (nº 1.825/2012, na Câmara dos Deputados), que "Institui a Lei Geral da Espécies".
Dispache: FLEN
- Resultado:**
[Deliberação] Resultado da matéria: Mantido os dispositivos 14.239, 14.23115 e 14.23.117 do Voto nº 14, de 2022. Votação por cédula eletrônica. Objeto da deliberação: Dispositivos 14.231, 14.23.115, 14.23.116, 14.23.117, 14.23.118, 14.23.119, 14.23.120, 14.23.121, 14.23.122, 14.23.123, 14.23.124, 14.23.125, 14.23.126, 14.23.127, 14.23.128, 14.23.129, 14.23.130, 14.23.131, 14.23.132, 14.23.133, 14.23.134, 14.23.135, 14.23.136, 14.23.137, 14.23.138, 14.23.139, 14.23.140, 14.23.141, 14.23.142, 14.23.143, 14.23.144, 14.23.145, 14.23.146, 14.23.147, 14.23.148, 14.23.149, 14.23.150, 14.23.151, 14.23.152, 14.23.153, 14.23.154, 14.23.155, 14.23.156, 14.23.157, 14.23.158, 14.23.159, 14.23.160, 14.23.161, 14.23.162, 14.23.163, 14.23.164, 14.23.165, 14.23.166, 14.23.167, 14.23.168, 14.23.169, 14.23.170, 14.23.171, 14.23.172, 14.23.173, 14.23.174, 14.23.175, 14.23.176, 14.23.177, 14.23.178, 14.23.179, 14.23.180, 14.23.181, 14.23.182, 14.23.183, 14.23.184, 14.23.185, 14.23.186, 14.23.187, 14.23.188, 14.23.189, 14.23.190, 14.23.191, 14.23.192, 14.23.193, 14.23.194, 14.23.195, 14.23.196, 14.23.197, 14.23.198, 14.23.199, 14.23.200, 14.23.201, 14.23.202, 14.23.203, 14.23.204, 14.23.205, 14.23.206, 14.23.207, 14.23.208, 14.23.209, 14.23.210, 14.23.211, 14.23.212, 14.23.213, 14.23.214, 14.23.215, 14.23.216, 14.23.217, 14.23.218, 14.23.219, 14.23.220, 14.23.221, 14.23.222, 14.23.223, 14.23.224, 14.23.225, 14.23.226, 14.23.227, 14.23.228, 14.23.229, 14.23.230, 14.23.231, 14.23.232, 14.23.233, 14.23.234, 14.23.235, 14.23.236, 14.23.237, 14.23.238, 14.23.239, 14.23.240, 14.23.241, 14.23.242, 14.23.243, 14.23.244, 14.23.245, 14.23.246, 14.23.247, 14.23.248, 14.23.249, 14.23.250, 14.23.251, 14.23.252, 14.23.253, 14.23.254, 14.23.255, 14.23.256, 14.23.257, 14.23.258, 14.23.259, 14.23.260, 14.23.261, 14.23.262, 14.23.263, 14.23.264, 14.23.265, 14.23.266, 14.23.267, 14.23.268, 14.23.269, 14.23.270, 14.23.271, 14.23.272, 14.23.273, 14.23.274, 14.23.275, 14.23.276, 14.23.277, 14.23.278, 14.23.279, 14.23.280, 14.23.281, 14.23.282, 14.23.283, 14.23.284, 14.23.285, 14.23.286, 14.23.287, 14.23.288, 14.23.289, 14.23.290, 14.23.291, 14.23.292, 14.23.293, 14.23.294, 14.23.295, 14.23.296, 14.23.297, 14.23.298, 14.23.299, 14.23.300, 14.23.301, 14.23.302, 14.23.303, 14.23.304, 14.23.305, 14.23.306, 14.23.307, 14.23.308, 14.23.309, 14.23.310, 14.23.311, 14.23.312, 14.23.313, 14.23.314, 14.23.315, 14.23.316, 14.23.317, 14.23.318, 14.23.319, 14.23.320, 14.23.321, 14.23.322, 14.23.323, 14.23.324, 14.23.325, 14.23.326, 14.23.327, 14.23.328, 14.23.329, 14.23.330, 14.23.331, 14.23.332, 14.23.333, 14.23.334, 14.23.335, 14.23.336, 14.23.337, 14.23.338, 14.23.339, 14.23.340, 14.23.341, 14.23.342, 14.23.343, 14.23.344, 14.23.345, 14.23.346, 14.23.347, 14.23.348, 14.23.349, 14.23.350, 14.23.351, 14.23.352, 14.23.353, 14.23.354, 14.23.355, 14.23.356, 14.23.357, 14.23.358, 14.23.359, 14.23.360, 14.23.361, 14.23.362, 14.23.363, 14.23.364, 14.23.365, 14.23.366, 14.23.367, 14.23.368, 14.23.369, 14.23.370, 14.23.371, 14.23.372, 14.23.373, 14.23.374, 14.23.375, 14.23.376, 14.23.377, 14.23.378, 14.23.379, 14.23.380, 14.23.381, 14.23.382, 14.23.383, 14.23.384, 14.23.385, 14.23.386, 14.23.387, 14.23.388, 14.23.389, 14.23.390, 14.23.391, 14.23.392, 14.23.393, 14.23.394, 14.23.395, 14.23.396, 14.23.397, 14.23.398, 14.23.399, 14.23.400, 14.23.401, 14.23.402, 14.23.403, 14.23.404, 14.23.405, 14.23.406, 14.23.407, 14.23.408, 14.23.409, 14.23.410, 14.23.411, 14.23.412, 14.23.413, 14.23.414, 14.23.415, 14.23.416, 14.23.417, 14.23.418, 14.23.419, 14.23.420, 14.23.421, 14.23.422, 14.23.423, 14.23.424, 14.23.425, 14.23.426, 14.23.427, 14.23.428, 14.23.429, 14.23.430, 14.23.431, 14.23.432, 14.23.433, 14.23.434, 14.23.435, 14.23.436, 14.23.437, 14.23.438, 14.23.439, 14.23.440, 14.23.441, 14.23.442, 14.23.443, 14.23.444, 14.23.445, 14.23.446, 14.23.447, 14.23.448, 14.23.449, 14.23.450, 14.23.451, 14.23.452, 14.23.453, 14.23.454, 14.23.455, 14.23.456, 14.23.457, 14.23.458, 14.23.459, 14.23.460, 14.23.461, 14.23.462, 14.23.463, 14.23.464, 14.23.465, 14.23.466, 14.23.467, 14.23.468, 14.23.469, 14.23.470, 14.23.471, 14.23.472, 14.23.473, 14.23.474, 14.23.475, 14.23.476, 14.23.477, 14.23.478, 14.23.479, 14.23.480, 14.23.481, 14.23.482, 14.23.483, 14.23.484, 14.23.485, 14.23.486, 14.23.487, 14.23.488, 14.23.489, 14.23.490, 14.23.491, 14.23.492, 14.23.493, 14.23.494, 14.23.495, 14.23.496, 14.23.497, 14.23.498, 14.23.499, 14.23.500, 14.23.501, 14.23.502, 14.23.503, 14.23.504, 14.23.505, 14.23.506, 14.23.507, 14.23.508, 14.23.509, 14.23.510, 14.23.511, 14.23.512, 14.23.513, 14.23.514, 14.23.515, 14.23.516, 14.23.517, 14.23.518, 14.23.519, 14.23.520, 14.23.521, 14.23.522, 14.23.523, 14.23.524, 14.23.525, 14.23.526, 14.23.527, 14.23.528, 14.23.529, 14.23.530, 14.23.531, 14.23.532, 14.23.533, 14.23.534, 14.23.535, 14.23.536, 14.23.537, 14.23.538, 14.23.539, 14.23.540, 14.23.541, 14.23.542, 14.23.543, 14.23.544, 14.23.545, 14.23.546, 14.23.547, 14.23.548, 14.23.549, 14.23.550, 14.23.551, 14.23.552, 14.23.553, 14.23.554, 14.23.555, 14.23.556, 14.23.557, 14.23.558, 14.23.559, 14.23.560, 14.23.561, 14.23.562, 14.23.563, 14.23.564, 14.23.565, 14.23.566, 14.23.567, 14.23.568, 14.23.569, 14.23.570, 14.23.571, 14.23.572, 14.23.573, 14.23.574, 14.23.575, 14.23.576, 14.23.577, 14.23.578, 14.23.579, 14.23.580, 14.23.581, 14.23.582, 14.23.583, 14.23.584, 14.23.585, 14.23.586, 14.23.587, 14.23.588, 14.23.589, 14.23.590, 14.23.591, 14.23.592, 14.23.593, 14.23.594, 14.23.595, 14.23.596, 14.23.597, 14.23.598, 14.23.599, 14.23.600, 14.23.601, 14.23.602, 14.23.603, 14.23.604, 14.23.605, 14.23.606, 14.23.607, 14.23.608, 14.23.609, 14.23.610, 14.23.611, 14.23.612, 14.23.613, 14.23.614, 14.23.615, 14.23.616, 14.23.617, 14.23.618, 14.23.619, 14.23.620, 14.23.621, 14.23.622, 14.23.623, 14.23.624, 14.23.625, 14.23.626, 14.23.627, 14.23.628, 14.23.629, 14.23.630, 14.23.631, 14.23.632, 14.23.633, 14.23.634, 14.23.635, 14.23.636, 14.23.637, 14.23.638, 14.23.639, 14.23.640, 14.23.641, 14.23.642, 14.23.643, 14.23.644, 14.23.645, 14.23.646, 14.23.647, 14.23.648, 14.23.649, 14.23.650, 14.23.651, 14.23.652, 14.23.653, 14.23.654, 14.23.655, 14.23.656, 14.23.657, 14.23.658, 14.23.659, 14.23.660, 14.23.661, 14.23.662, 14.23.663, 14.23.664, 14.23.665, 14.23.666, 14.23.667, 14.23.668, 14.23.669, 14.23.670, 14.23.671, 14.23.672, 14.23.673, 14.23.674, 14.23.675, 14.23.676, 14.23.677, 14.23.678, 14.23.679, 14.23.680, 14.23.681, 14.23.682, 14.23.683, 14.23.684, 14.23.685, 14.23.686, 14.23.687, 14.23.688, 14.23.689, 14.23.690, 14.23.691, 14.23.692, 14.23.693, 14.23.694, 14.23.695, 14.23.696, 14.23.697, 14.23.698, 14.23.699, 14.23.700, 14.23.701, 14.23.702, 14.23.703, 14.23.704, 14.23.705, 14.23.706, 14.23.707, 14.23.708, 14.23.709, 14.23.710, 14.23.711, 14.23.712, 14.23.713, 14.23.714, 14.23.715, 14.23.716, 14.23.717, 14.23.718, 14.23.719, 14.23.720, 14.23.721, 14.23.722, 14.23.723, 14.23.724, 14.23.725, 14.23.726, 14.23.727, 14.23.728, 14.23.729, 14.23.730, 14.23.731, 14.23.732, 14.23.733, 14.23.734, 14.23.735, 14.23.736, 14.23.737, 14.23.738, 14.23.739, 14.23.740, 14.23.741, 14.23.742, 14.23.743, 14.23.744, 14.23.745, 14.23.746, 14.23.747, 14.23.748, 14.23.749, 14.23.750, 14.23.751, 14.23.752, 14.23.753, 14.23.754, 14.23.755, 14.23.756, 14.23.757, 14.23.758, 14.23.759, 14.23.760, 14.23.761, 14.23.762, 14.23.763, 14.23.764, 14.23.765, 14.23.766, 14.23.767, 14.23.768, 14.23.769, 14.23.770, 14.23.771, 14.23.772, 14.23.773, 14.23.774, 14.23.775, 14.23.776, 14.23.777, 14.23.778, 14.23.779, 14.23.780, 14.23.781, 14.23.782, 14.23.783, 14.23.784, 14.23.785, 14.23.786, 14.23.787, 14.23.788, 14.23.789, 14.23.790, 14.23.791, 14.23.792, 14.23.793, 14.23.794, 14.23.795, 14.23.796, 14.23.797, 14.23.798, 14.23.799, 14.23.800, 14.23.801, 14.23.802, 14.23.803, 14.23.804, 14.23.805, 14.23.806, 14.23.807, 14.23.808, 14.23.809, 14.23.810, 14.23.811, 14.23.812, 14.23.813, 14.23.814, 14.23.815, 14.23.816, 14.23.817, 14.23.818, 14.23.819, 14.23.820, 14.23.821, 14.23.822, 14.23.823, 14.23.824, 14.23.825, 14.23.826, 14.23.827, 14.23.828, 14.23.829, 14.23.830, 14.23.831, 14.23.832, 14.23.833, 14.23.834, 14.23.835, 14.23.836, 14.23.837, 14.23.838, 14.23.839, 14.23.840, 14.23.841, 14.23.842, 14.23.843, 14.23.844, 14.23.845, 14.23.846, 14.23.847, 14.23.848, 14.23.849, 14.23.850, 14.23.851, 14.23.852, 14.23.853, 14.23.854, 14.23.855, 14.23.856, 14.23.857, 14.23.858, 14.23.859, 14.23.860, 14.23.861, 14.23.862, 14.23.863, 14.23.864, 14.23.865, 14.23.866, 14.23.867, 14.23.868, 14.23.869, 14.23.870, 14.23.871, 14.23.872, 14.23.873, 14.23.874, 14.23.875, 14.23.876, 14.23.877, 14.23.878, 14.23.879, 14.23.880, 14.23.881, 14.23.882, 14.23.883, 14.23.884, 14.23.885, 14.23.886, 14.23.887, 14.23.888, 14.23.889, 14.23.890, 14.23.891, 14.23.892, 14.23.893, 14.23.894, 14.23.895, 14.23.896, 14.23.897, 14.23.898, 14.23.899, 14.23.900, 14.23.901, 14.23.902, 14.23.903, 14.23.904, 14.23.905, 14.23.906, 14.23.907, 14.23.908, 14.23.909, 14.23.910, 14.23.911, 14.23.912, 14.23.913, 14.23.914, 14.23.915, 14.23.916, 14.23.917, 14.23.918, 14.23.919, 14.23.920, 14.23.921, 14.23.922, 14.23.923, 14.23.924, 14.23.925, 14.23.926, 14.23.927, 14.23.928, 14.23.929, 14.23.930, 14.23.931, 14.23.932, 14.23.933, 14.23.934, 14.23.935, 14.23.936, 14.23.937, 14.23.938, 14.23.939, 14.23.940, 14.23.941, 14.23.942, 14.23.943, 14.23.944, 14.23.945, 14.23.946, 14.23.947, 14.23.948, 14.23.949, 14.23.950, 14.23.951, 14.23.952, 14.23.953, 14.23.954, 14.23.955, 14.23.956, 14.23.957, 14.23.958, 14.23.959, 14.23.960, 14.23.961, 14.23.962, 14.23.963, 14.23.964, 14.23.965, 14.23.966, 14.23.967, 14.23.968, 14.23.969, 14.23.970, 14.23.971, 14.23.972, 14.23.973, 14.23.974, 14.23.975, 14.23.976, 14.23.977, 14.23.978, 14.23.979, 14.23.980, 14.23.981, 14.23.982, 14.23.983, 14.23.984, 14.23.985, 14.23.986, 14.23.987, 14.23.988, 14.23.989, 14.23.990, 14.23.991, 14.23.992, 14.23.993, 14.23.994, 14.23.995, 14.23.996, 14.23.997, 14.23.998, 14.23.999, 14.24.000, 14.24.001, 14.24.002, 14.24.003, 14.24.004, 14.24.005, 14.24.006, 14.24.007, 14.24.008, 14.24.009, 14.24.010, 14.24.011, 14.24.012, 14.24.013, 14.24.014, 14.24.015, 14.24.016, 14.24.017, 14.24.018, 14.24.019, 14.24.020, 14.24.021, 14.24.022, 14.24.023, 14.24.024, 14.24.025, 14.24.026, 14.24.027, 14.24.028, 14.24.029, 14.24.030, 14.24.031, 14.24.032, 14.24.033, 14.24.034, 14.24.035, 14.24.036, 14.24.037, 14.24.038, 14.24.039, 14.24.040, 14.24.041, 14.24.042, 14.24.043, 14.24.044, 14.24.045, 14.24.046, 14.24.047, 14.24.048, 14.24.049, 14.24.050, 14.24.051, 14.24.052, 14.24.053, 14.24.054, 14.24.055, 14.24.056, 14.24.057, 14.24.058, 14.24.059, 14.24.060, 14.24.061, 14.24.062, 14.24.063, 14.24.064, 14.24.065,

Senado Federal

07/05/2024 - terça-feira

09:30 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

[8ª, Extraordinária](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: 4

SF PL 5788/2019 - (ORDINARIA)

Autor(a): **Randolfe (SEMPARTIDO/AP)**

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e dá outras providências para incluir critérios de sustentabilidade na seleção dos projetos a serem financiados.

Despachos: CMA -> CDR (T)

Relatório

Pela aprovação nos termos do substitutivo

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIO

ARGUMENTAÇÃO: Agenda 2030 é um plano de ação adotado por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015. Ele consiste em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Os ODS contêm metas que inviabilizam os nossos modelos econômicos. Recentemente vimos os agricultores europeus iniciarem uma série de protestos contra esta pauta verde, bloqueando diversas estradas e contestando exatamente estas políticas públicas adotadas pelos seus países. As severas regulamentações pretendidas pelas ODS dificultam o apoio a atividades econômicas, o que é o principal objetivo dos fundos de financiamento, o desenvolvimento econômico e social das regiões, alterar a destinação dos fundos contraria a intenção da constituição brasileira, e burocratiza e dificulta o acesso aos recursos. As nobres ambições não fornecem estudos de efetiva aplicabilidade e eficácia nos ambientes. Investimentos em ações sustentáveis já possuem fundos de fomento próprio.

Resultado:

Aprovada a Emenda nº 1 - [CDR] (Substitutivo) ao Projeto de Lei nº 5788, de 2019. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ordem: 5

SF PLP 262/2019 - (ORDINARIA)

Autor(a): **Flavio Arns (PSB/PR)**

Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas possam ser beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Despachos: CAE -> CDR -> PLEN

Relatório

Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO: Sabe-se que as cooperativas no Brasil são fonte sustentável de emprego e renda para as pessoas, carecendo de políticas públicas que respeitem esse modelo e sejam capazes de alavancar o crescimento desse importante setor, é necessário incluir na legislação as cooperativas como entes habilitados a receber incentivos por meio dos fundos regionais, o que tornará mais efetiva a utilização de tais recursos na promoção do desenvolvimento regional no Brasil.

Resultado:

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, contrário à Emenda Nº 1-PLEN.

Ordem: 6

SF PL 3100/2023 - (ORDINARIA)

Autor(a): **Jaime Bagattoli (PL/RO)**

Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro - Oeste - FCO, para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Despachos: CDR -> CRA -> CAE (T)

Atual Relator(a): Rogério Marinho (PL/RN)

Relatório

Pela aprovação nos termos do substitutivo e acolhimento parcial da Emenda 1-T.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO: Favorável ao substitutivo apresentado. A proposição se alinha às determinações de aplicação dos Fundos constitucionais regionais, bem como inclui como destinatários dos recursos indivíduos integrantes de setor produtivo constitucionalmente protegido. Importante frisar que a constitucionalidade da proposição está atrelada ao substitutivo minutado, pois a transferência de recurso de um Fundo federal poderia suscitar questionamentos diante do art. 159 da CF.

Resultado:

Adiado

10:00 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

15ª Ordinária

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: 5

SF PL 1859/2022 - (ORDINARIA)

Autor(a): Comissão de Meio Ambiente

Altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências, para atualizar e aprimorar seus objetivos e princípios, para estabelecer competências do Poder Público e para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nas áreas que especifica.

Despachos: CAE -> CAS -> CRA -> PLEN

Atual Relator(a): Teresa Leitão (PT/PE)

Relatório

Favorável ao projeto.

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIO ☐

ARGUMENTAÇÃO: Uma proposta que busca proibir a pulverização area desconhece o impacto economico que poderia causar, essa prática é fundamental para aumentar a produtividade das áreas cultiváveis do país, reduzindo a pressão por novas áreas de cultivo. Orientamos pela rejeição da proposta, ou que se ajuste excluindo o Art.6-A do texto, com o acolhimento da emenda supressiva.

Resultado:

Retirado de pauta.

Ordem: 14

SF PL 397/2024 - (ORDINARIA)

Autor(a): Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extremas.

Despachos: CRA -> CAE (T)

Atual Relator(a): Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatório

Pela aprovação

Resultado:

Lido o relatório, vista coletiva concedida.

14:00 CMA - Comissão de Meio Ambiente

15ª, Extraordinária

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13	Discutir propostas para viabilizar o cumprimento das metas da Recuperação Energética de Resíduos Sólidos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares)	Realizada

Convidados

- **Nome:** Alceu Lorenzon - **Cargo:** Presidente da Alcaplas Indústria de Plásticos
- **Nome:** Osvaldo Luiz Leal de Moraes - **Cargo:** Diretor do Departamento para o Clima e Sustentabilidade da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- **Nome:** Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi - **Cargo:** Presidente Executivo da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos - ABREN
- **Nome:** Adalberto Felício Maluf Filho - **Cargo:** Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
- **Nome:** Karina Araújo Sousa - **Cargo:** Diretora de Transição Energética da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento

08/05/2024 - quarta-feira

09:00 CMA - Comissão de Meio Ambiente

[16º Extraordinária](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa,	Sem objetivo declarado	Realizada

Plenário nº 15
Proposições em pauta
Ordem: 1

[SE PDL 183/2020 - \(ORDINARIA\)](#)

Autoria): Paulo Rocha (PT/PA)

Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.

Despachos: CMA -> CCJ -> PLEN

Atual Relatoria): Ana Paula Lebató (PSB/MA)

Relatório

Pela prejudicialidade

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO

Entende-se por matéria vencida, revogada pela Instrução Normativa FUNAI n.º 30, de 9 de agosto de 2023, que susta a norma da funai, que garante o direito de proprietários rurais de terem documento da Funai que ateste que os limites de suas propriedades não invadem reservas homologadas.

Resultado:

Adiado

Ordem: 2

[SE PT 3020/2020 - \(ORDINARIA\)](#)

Autoria): Jaques Wagner (PT/BA)

Altera a Lei nº 9.005, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública.

Despachos: CMA -> CCJ (T)

Relatório

Pela aprovação

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIO

ARGUMENTAÇÃO: O objetivo da legislação ambiental é a prevenção do dano ambiental, seguido, em grau de importância, a sua reparação. É, em última hipótese a privação de liberdade dos autores dos delitos ambientais. As alterações propostas suplantam ao encarceramento das pessoas que incidem na prática desses crimes, o que dificultará inclusive a própria reparação do dano ambiental, a qual é na maior parte dos casos mais importante do que a mera prisão das pessoas, as quais em regime fechado não poderão promover a recomposição do ambiente, detendo de lado as efetivas soluções reais aos problemas do desmatamento e incêndios florestais. O aumento das penas para crimes já previstos não garante o cumprimento da lei e não tornará a legislação mais eficaz. A proteção ambiental é melhor alcançada através de uma intensificação da fiscalização e da aplicação firme das normas ambientais já estabelecidas, as discussões devem direcionar-se à intensificação do monitoramento e à fiscalização.

Resultado:

Aprovado o relatório

Ordem: 3

[SE PDL 174/2021 - \(ORDINARIA\)](#)

Autoria): Fabiano Contarato (PT/ES)

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Despachos: CMA -> CCJ -> PLEN

Atual Relatoria): Delegation Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatório

Pela aprovação

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO

Entende-se por matéria vencida após a publicação da IN nº 19, de 2 de junho de 2023, do Ibama, e nº 9, de 23 de agosto de 2023, do Instituto Chico Mendes, que regulamenta o processo administrativo de apuração de infrações ambientais e suas respectivas áreas de atuação.

Resultado:

Adiado

Ordem: 5

[SE PT 2326/2023 - \(ORDINARIA\)](#)

Autoria): Comissão Temporária Externa para investigar, in loco, as causas do aumento da criminalidade e de atentados e de atentados na região Norte.

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Despachos: CSP -> CMA -> CCJ -> PLEN

Relatório

Pela aprovação com emendas

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIO

ARGUMENTAÇÃO: O poder de polícia concedido é a FUNAI é administrativo, e entendemos que esses órgãos ambientais devem exercer seus ofícios com apoio de órgãos de segurança estaduais e federais, quando a situação assim o exigir. Diante do cenário conflituoso que temos vivido no meio rural, com o aumento exponencial de invasões de terra, e os conflitos de interesses, a concessão do porte de armas para os agentes da FUNAI pode implicar em maior tendência da violência no campo, para além, também, de custos significativos, incluindo treinamento especializado, manutenção das armas e supervisão rigorosa para garantir o uso adequado e seguro. A FPA atesta seu compromisso em estabelecer a paz e a segurança no campo, bem como à propriedade privada, e assim como o relator trouxe em seu texto é fulcral que "as leis sejam cumpridas, que as pessoas tenham seus direitos garantidos e que os indígenas possam viver em paz nas terras que já foram, inclusive, homologadas". Em concordância com o relator, ainda acrescentamos que não só os indígenas, mas toda a população do campo carece do cumprimento de leis para que possam continuar realizando de maneira digna e segura suas atividades.

Resultado:

Aprovado o relatório

Ordem: 6

[SE PT 496/2023 - \(ORDINARIA\)](#)

Autoria): Fabiano Contarato (PT/ES)

Altera o art. 20 da Lei nº 9.005, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor na sentença penal condenatória à reparação integral, material e moral nos casos de crimes ambientais.

Despachos: CMA -> CCJ (T)

Relatório

Pela aprovação do Projeto de Lei nº 496 de 2023 com a emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1.

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIO COM RESSALVAS

ARGUMENTAÇÃO: Não há como vincular danos ambientais com danos morais. Os danos ambientais, que devem ser compensados, são materialmente quantificáveis. O dano moral está atribuído a uma violação a um indivíduo, não há dano físico. Sendo assim, o projeto busca criar um dano que não há destinatário para tal dano, isso pode acabar levando a ambiguidades e interpretações diferentes, tornando a aplicação da lei problemática, e causando insegurança jurídica. O combate ao crime ambiental deve ser severo e com os danos, que são materiais, devidamente e adequadamente quantificados conforme a conduta verificada. Dessa forma sugerimos a supressão do art. 2º.

Resultado:

Aprovado o relatório

14:00 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

[8º Extraordinária](#)

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa,	Sem objetivo declarado	Realizada

Plenário nº 7
Proposições em pauta

Ordem: 1

SE PL 2647/2022 - (ORDINARIA)

Autor(a): Pedro Uczai

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola.

Despachos: CI -> CRA -> PLEN

Atual Relator(a): Alan Rick (UNIAO/AC)

Relatório

Pela aprovação do Projeto e da Emenda I-CI.

ORIENTAÇÃO FPA

Favorável ao texto aguardando apresentação do relatório

Resultado:

Retirado de pauta a pedido do Relator.

Ordem: 2

SE PL 2829/2021 - (ORDINARIA)

Autor(a): Esperidião Amin (PP/RS)

Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para autorizar a compra de pescado diretamente de piscicultores e pescadores artesanais, nas condições que especifica.

Despachos: CRA -> CAS (T)

Atual Relator(a): Jorge Seif (PL/SC)

Relatório

Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Em análise

Resultado:

Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

Ordem: 3

SE PL 355/2023 - (ORDINARIA)

Autor(a): Cleilinha (REPUBLICANOS/MG)

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 17 de setembro de 1996 (Lei Kandian), para considerar produtos de alimentação animal bens essenciais.

Despachos: CRA -> CAE -> PLEN

Atual Relator(a): Jaime Bagatoli (PL/RO)

Relatório

Pela aprovação do Projeto.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO: A importância da alimentação animal garante não apenas a saúde e o bem-estar dos animais, mas também desempenha um papel fundamental na segurança alimentar e na economia global. Assegurar que os produtos destinados à alimentação animal recebam o mesmo tratamento tributário concedido aos bens essenciais se faz necessário.

Resultado:

Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório.

Ordem: 4

SE PDI 467/2023 - (ORDINARIA)

Autor(a): Marcos Rogério (PL/RO)

Susta os efeitos do § 9º do art. 12 do Decreto nº 11.688, de 05 de setembro de 2023, que Altera o Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis, e sobre a destinação de terras públicas da União em consonância com os arts. 188, art. 225 e art. 231 da Constituição, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, e susta os efeitos do Ofício Circular nº 1296/2023/DG/SEDE/INCRÁ-INCRÁ, em 05 de outubro de 2023, com orientações acerca das alterações na regularização fundiária, ocorridas devido à edição do Decreto 11.688, de 05 de setembro de 2023.

Despachos: CRA -> CCJ -> PLEN

Atual Relator(a): Jaime Bagatoli (PL/RO)

Relatório

Pela aprovação do Projeto.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

ARGUMENTAÇÃO: A nova redação do art. 12, § 9º prevê a proibição da destinação de terras públicas federais ocupadas por florestas para a realização de reforma agrária. Essa previsão, entretanto, conflita diretamente com o art. 6º da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que trata da destinação de áreas de florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais. A regularização fundiária de áreas ocupadas que se sobrepõem a florestas públicas é feita, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei 11.284/2006, mediante a previsão de condicionantes socioambientais que garantam a manutenção preservação floresta e para propriedades de até quinze módulos fiscais. Entretanto, o art. 12, § 9º, do Decreto simplesmente se contraria ao texto legal e, por isso, encontra-se no poder regulamentar típico da esfera executiva.

Resultado:

Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

Ordem: 5

SE PL 5927/2023 - (ORDINARIA)

Autor(a): Jader Barbalho (MDB/PA)

Altera a Lei nº 13.578, de 26 de dezembro de 2017, para incentivar e promover a produção de biocombustível no âmbito da agricultura familiar.

Despachos: CRA -> CMA -> CI (T)

Atual Relator(a): Sérgio Moro (UNIAO/PR)

Relatório

Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO RELATÓRIO

ARGUMENTAÇÃO: Incentivar e promover a participação da agricultura familiar na produção do biocombustível poderá contribuir para aumentar a geração de renda e de emprego no campo, bem como para manter as pessoas no campo, conferindo maior dinamismo e elevando o desenvolvimento socioeconômico de cada região.

Resultado:

Retirado de pauta a pedido do Relator.

Ordem: 6

SE PL 1658/2023 - (ORDINARIA)

Autor(a): Jaime Bagatoli (PL/RO)

Altera a Lei nº 13.750, de 14 de dezembro de 2018, que trata sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, para destinar recursos ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - "Terra Brasil".

Despachos: CAE -> CRA (T)

Atual Relator(a): Jayme Campos (UNIAO/MT)

Relatório

Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Em análise

Resultado:

Aprovado, por unanimidade, em Turno Único, o Substitutivo ao Projeto. A matéria vai à Turno Suplementar, durante o qual poderão ser oferecidas emendas, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Ordem: 7

SE REQ 12/2024 CRA - (DIVERSOS)

Autor(a): Alan Rick (UNIAO/AC)

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o processo irregular de reavaliação do ingrediente ativo Tiamectoxam realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: • representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); • representante da Coordenação de Controle Ambiental de Substâncias e Produtos Perigosos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); • representante do Ministério da Saúde (MS); • representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Relatório

Resultado:

Aprovado.

Ordem: 8

SE REQ 13/2024 CRA - (DIVERSOS)

Autor(a): Alan Rick (UNIAO/AC)

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a Tarifa de Avaliação Socioambiental de Crédito Rural cobrada pelo Banco da Amazônia - BASA nas operações de crédito e investimento utilizando linhas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: • Senhor Luiz Claudio Moreira Lessa, Presidente do Banco da Amazônia - BASA; • Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); • Representante da Federação estadual de Agricultura e Pecuária da região Norte; • Representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Relatório

Resultado:

Aprovado.

09/05/2024 - quinta-feira

09:30

CMAATIVOS - Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros

[2ª. Reunião de Subcomissão](#)

Local

Objetivo

Status

Anexo II, Ala Senador

Alexandre Costa,

Plenário nº 15

Sem objetivo declarado

Realizada